



ACÓRDÃO Nº 213/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11870/2016.**
Apenso: Processo nº 11840/2016.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS.
- 4- **Advogados:** Não possui
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Sra. Regina Fernandes do Nascimento, Secretária de Estado, Sra. Maria das Graças Soares Prola, no período de 1/1 a 9/4/2015, da Sra. Jane Mara Silva de Moraes Oliveira, no período de 10/4 a 31/12/2015, Secretárias Executivas e Ordenadoras de Despesas, nos respectivos períodos.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4781/2017-MP/ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.1565/1592).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS. Exercício 2015.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Recomendações. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anuais da Secretaria do Estado de Assistência Social – SEAS, exercício de 2015, de responsabilidade da **Sra. Regina Fernandes do Nascimento**, Secretária titular, **Sra. Maria das Graças Soares Prola**, ExSecretária Executiva (Período de 01/01/2015 a 09/04/2015) e da **Sra. Jane Mara Silva de Moraes Oliveira**, Secretária Executiva (Período de 10/04/2015 até 31/12/2015), enquanto Ordenadoras de Despesas, nos termos do art. 1º, II, e 22, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art.188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2- **Aplicar**, solidariamente, **multa** no valor **R\$ 3.500,00** (três mil e quinhentos reais) às **Sras. Regina Fernandes do Nascimento, Maria das Graças Soares Prola e Jane Mara Silva de Moraes Oliveira**, pelas restrições não sanadas (10, 12 e 14, listadas no corpo deste Voto), com fundamento no parágrafo único do art. 53 da Lei nº 2423/96;
- 10.3- **Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento da multa aos



ACÓRDÃO Nº 213/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, II, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55 da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução nº 04/2002- TCE/AM), autorizando-se desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173 da Res 04/02 (RI-TCE/AM);

10.4- Recomendar à atual gestão da SEAS/FEAS que:

10.4.1 - Ao celebrar contratos e seus aditivos observe os dispositivos constantes na Lei nº 8.666/93, notadamente quanto às justificativas adequadas para a celebração dos aditamentos;

10.4.2 - Adote medidas necessárias visando um controle mais detalhado e efetivo do combustível, devendo ser feita referência à finalidade de cada veículo, setor, entidade a que se destina o serviço prestado, bem como o controle de combustível diário e os horários de utilização dos veículos citados nos contratos.

10.5- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Abril de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazonia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral